

**PARA UMA NOVA SOCIEDADE GLOBALMENTE INCLUSIVA, BASEADA
NAS LÓGICAS DE SOLIDARIEDADE**

Carlos Moore Wedderburn

Etnólogo e Historiador
Professor de Relações Internacionais
Chefe de Pesquisa, Escola de pós-graduação da
Universidade do Caribe. Kingston, Jamaica



INTRODUÇÃO

Os atentados terroristas massificados do 11 de setembro de 2003. As invasões americanas pelo mundo. As guerras locais em praticamente todas as regiões do planeta. O violento conflito sem fim no Oriente Médio. Tudo isso vaticina o que bem provavelmente será para a humanidade deste terceiro milênio um dos momentos de maior carnificina de nossa história comum.

Cabe perguntar se, em definitivo, a violência e a agressão não formariam parte de constantes que têm acompanhado o ser humano ao longo de sua penosa “evolução” social e cultural? Se esse for o caso, então cabe perguntar o seguinte: qual o papel da solidariedade social entre humanos?

Para responder a essas indagações, torna-se necessário adentrar um pouco mais na história de nossas origens no mundo animal, mundo do qual continuamos a formar parte e cujos instintos continuamos a preservar.

1. Cooperação e Solidariedade

A primeira distinção a se fazer é aquela que diz respeito à diferença entre cooperação e solidariedade. Todos os animais cooperam, pois eles vivem em redes sociais. Cooperaram para caçar, se reproduzir e, claro, para se defender dos predadores. Mais o único animal que tem desenvolvido filosofias, éticas e ideologias de solidariedade para moldar seu comportamento, é o animal humano.

1.1 Os setores desvalidos inventam a solidariedade



O mundo violento do paleolítico superior foi dominado exclusivamente pelas funções de caça e coleta; ou seja, durante a maior parte da existência da humanidade -- que se originou no centro e na região oriental do continente africano, há 3,5 milhões de anos atrás -- os humanos se dedicaram a essas atividades. Foi só recentemente, há 10.000 anos, que a agricultura surgiu como a base de sustentação e de sobrevivência dos humanos. Isso quer dizer que durante mais de 99% do tempo humano, vivemos da caça e da coleta.

O mundo do caçador é dominado, naturalmente, pelo macho. É um mundo violento e agressivo, onde as fêmeas não desempenham um papel predominante na vida no que diz respeito às atividades de busca pelos recursos de sustentação da vida. Trata-se de um mundo onde os seres humanos vivem sob a ameaça constante da extinção por inanição. A fome domina este longo e preponderante período da vida humana, e com a fome vêm conseqüências, tais como o canibalismo.

O mundo animal está regido pelas exigências fundamentalmente egoístas impostas pelas regras da sobrevivência – comer ou ser comido. O egoísmo está no centro da vida animal e nós, como animais-humanos, estamos incluídos nessa premissa. Durante momentos difíceis, os seres humanos devoravam-se entre si para manterem-se vivos, como faria qualquer animal ameaçado de morte pela fome.

O canibalismo se exercia sobre as pessoas mais vulneráveis da sociedade: a saber, aquelas que não contribuían aos esforços da caça. Nessa lógica, os idosos, inválidos, crianças e mulheres eram principais focos do canibalismo. Portanto, foi desses setores frágeis dentro da sociedade de caçadores que, com o tempo, começaram a surgir idéias que pudessem protegê-los da iminência e da vulnerabilidade ao perigo inerente à escassez de recursos. A idéia de que aqueles



que não participavam das atividades de caça deveriam também ter acesso aos produtos desta, surgiu no seio desse grupo em risco; as fêmeas do grupo, os idosos, as crianças, os inválidos e as mulheres tinham o direito à vida e deveriam ser poupados mesmo quando as condições materiais fossem as mais precárias.

Segundo pensa o pesquisador senegalês Cheikh Anta Diop¹, o mundo conformado especialmente pelas fêmeas, é que, em razão de sua vulnerabilidade, fora, presumivelmente, responsável por tal proposta. Solidariedade implica que mesmo aquele que não produz -- seja por que se vê física, mental ou conjunturalmente impedido de participar das tarefas produtivas -- tem o mesmo direito de acessar os produtos sociais, os recursos, da mesma forma que aqueles indivíduos que participam diretamente de sua produção. Ao longo dos séculos e dos milênios, essa idéia de direito ao usufruto dos recursos pelos desvalidos avançou até se concretizar no que hoje nós chamamos de sociedade e de civilização.

1.2. As lógicas de solidariedade

A solidariedade não é, portanto, uma conseqüência normal ou “lógica” do acontecer “evolutivo” humano-animal; ela é a primeira grande manifestação da civilização e da sociedade organizada tal como a concebemos. Ela é, presumivelmente, a conseqüência de uma lógica particular surgida e construída pelo setor mais enfraquecido e vulnerável dentro das comunidades de caçadores-coletores – o mundo das **fêmeas** que se converteria, progressivamente, no mundo da *mulher*, levando em conta que o fato de que ser mulher é uma construção histórico-social, assim como ser *homem* também o é. Assim, a solidariedade

¹ Cheikh Anta Diop, L'Unité culturelle de l' Afrique Noire, Paris : Présence Africaine, 1962.



aparece na história como uma digressão da norma, devido à vontade humana, e em contravenção das lógicas egoístas ditadas pela obrigação de sobrevivência.

A idéia de ajuda sem contrapartida, ou seja, a solidariedade, alimenta sentimentos tais como amizade, carinho, amor, bondade. Ou seja, todos aqueles sentimentos que assimilamos como nobres, decentes e que subsumimos sob o rótulo de “valores” – aquele conjunto de condutas baseadas numa ética e filosofia de relação amistosa e carinhosa com o Outro semelhante, e também, com o Outro não- semelhante.

A lógica de solidariedade é a primeira grande manifestação da civilização. Ela surgiu do universo mais ameaçado pela violência endêmica que o mundo conhece desde seus primórdios e que, conseqüentemente, a humanidade conhece desde que emergiu. Essa lógica levou, pelo menos para as sociedades que surgiram na parte meridional do planeta, como explicou Diop, à eclosão de sociedades sedentárias e agrícolas de há 10 a 12 mil anos atrás, tendo o Egito como grande precursor, seguido pelas sociedades Sumerianas, Elamitas e Dravidianas, respectivamente no Oriente Médio e na Índia.

Essa primeira ordem societária, baseada na agricultura, perdurou durante milênios e se expressou através de sociedades de perfil matricêntrico, de alta imbricação social concêntrica e de caráter distributivo. O estado-previdencia da antiguidade se erigiu sobre a propriedade coletiva do solo, sobre a idéia da responsabilidade recíproca entre cidadãos, da responsabilidade do coletivo para com os desvalidos, da necessidade de redistribuir o excedente da maneira mais eqüitativa possível, de atendimento aos idosos, de proteção das crianças, de proteção das mulheres – tudo no qual não descartava a constituição de classes e elites confiscadoras do produto social.



O estado agro-burocrático que surgiu na antiguidade recente -- de 5 mil anos a. C. até 1.500 anos a. C., quando foi derrubado violentamente -- erigiu em norma diretiva a necessidade da proteção social e da instalação de mecanismos de prestação social, instaurou sistemas de serviços e assistência social, de proteção ao inválido e de reverência à mulher-mãe. Tratava-se de Estados fundados numa economia solidária, obcecados pela idéia de inclusão social – pese às divisões de classe, de castas, de gênero e de etnias –, de segurança social, de assistência social, de repartição eqüitativa, de políticas sociais contra a pobreza, de prevenção das desigualdades sociais criantes, vistas como perigo de morte para a sociedade. Eram Estados que surgiram de sociedades onde a mulher-mãe era venerada, em que o ente feminino tinha se dado uma posição social e política proeminente e central, por meio de poderosas estruturas, tais como as sociedades iniciáticas femininas – sociedades fechadas chamadas de secretas. Ao lado do faraó estava, sempre, uma poderosa Rainha-Mãe.

2. A queda violenta da ordem matricêntrica

Os Estados agro-burocráticos matricêtricos da antiguidade sucumbiram, entre o quarto e o primeiro milênio a. C., ante às levas sucessivas de invasões providas das estepes do norte de Ásia, por uma parte, e, por outra, do leste e norte da Europa. A partir dessa queda histórica desses tipos de sociedades, as lógicas redistributivas, de respeito à mulher, aos idosos e às crianças, de convivência harmônica entre etnias, de solidariedade social, começaram a regredir em favor da implantação de uma ordem societária patricêntrica expansionista, provinda da Eurásia, baseada na ética da guerra e na utilização da força como agência de relação com o Outro (semelhante ou não).

Talvez, seja essa uma maneira um pouco rápida e esquemática de apresentar esses eventos, mais foi esse o contexto histórico que definiu a morte de um



mundo e o auge de outro, não somente distinto, como também totalmente oposto. Atendendo a essas circunstâncias históricas, não nos parece sociologicamente acertado separar, completamente, a proverbial subalternização mundial do ente feminino, do racismo planetário que almeja os povos negros ou das desigualdades sociais que afligem as $\frac{3}{4}$ partes da humanidade, embora essas três realidades possuam dinâmicas autônomas.

Com efeito, parece-nos que, no mundo atual – mundo que é o resultado direto de todos os acontecimentos que o precederam – a questão racial vêm irmanada à questão social, ambas confluindo discreta, mais poderosamente, na dinâmica específica da subordinação da mulher. Afastar o social do racial, ou negar o racial em favor do social, é cometer violência as verdades sócio-raciais circundantes que, no mundo inteiro, e desde há muitos séculos, infernizam a vida cotidiana de centenas de milhões de pessoas.

Ao longo dos séculos, esses novos povos nômades-pastoris da Eurásia constituíram-se em novos Estados que iriam reconfigurar a antiguidade: Assíria, Hati (dos Hititas), Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma, Bizâncio, principalmente. Esses conjuntos geopolíticos iriam se constituir em impérios de um novo tipo, fundamentalmente predadores, espantosamente agressivos e, dominados exclusivamente pelo gênero masculino. Neles não havia lugar algum para o mundo feminino derrotado, a não ser um lugar de subordinação absoluta, marcada por discriminações de todos os tipos.

A queda do mundo agro-burocrático matricêntrico, esse mundo que deu origem as primeiras lógicas do que chamamos de civilização antiga -- propriedade coletiva do solo, respeito às mulheres, às crianças, ao idoso, repartição social do produto excedente, previdência social universal, inclusão social -- significou para a humanidade a retração, ou, em muitos casos, o desaparecimento das lógicas



sociais solidárias. No seu lugar foram entronizada as lógicas militares predatórias, o sentimento de agressão, a propriedade privada, a escravidão generalizada como modo *dominante* da economia, o confisco individual do produto social, o desprezo ao idoso, à mulher e às crianças, a rejeição e esmagamento do inválido – enfim, a lógica do mais forte.

O sucesso desse tipo de sociedade bem como sua extensão progressiva até converter-se na conduta normativa de sistemas de produção -- cada vez mais eficazes -- levou à eclosão do capitalismo, em suas versões medievais e logo industriais. Este último se transformou no capitalismo globalizado da atualidade, baseado nos mercados especulativos, na mobilidade instantânea do capital, nas transferências de um país para outro, de um dia para outro, de quantias colossais de lucro, com o resultado da concentração da renda nacional e planetária em mãos de elites cada vez mais microscópicas.

Essa concentração inimaginável dos recursos do planeta inteiro nas mãos de um punhado de nações, com a correlata conseqüência da degradação dos ecossistemas do planeta, do desaparecimento das espécies animais, do empobrecimento das culturas, e da ameaça de extinção de povos inteiros, considerados como massa humana supérflua, è a realidade dominante de nossos tempos. Assim, acrescenta-se dia-a-dia à massa de bilhões de seres humanos que vivem na infra-miséria sem esperança alguma de poder reverter esse quadro apocalíptico.

3. Origens e extensão do racismo

Queremos chamar a atenção para outro fato incidental mais correlato, e de vital importância para compreendermos o mundo moderno em que vivemos, a saber: nos mesmo período histórico em que o mundo feminino perdeu o *controle da*



sociedade e passou a ser subalternizado globalmente, surgiu aquela visão depreciativa e negadora do Outro que hoje conhecemos sob o rótulo de racismo. Efetivamente, estamos inferindo, mais precisamente, afirmando, que, no mundo antigo, a queda da ordem matricêntrica, na qual se baseavam as primeiras sociedades agro-burocráticas da história, coincidiu com o auge, progressivo e incremental, de uma visão e consciência coletiva que postulava a inferioridade inata de alguns seres humanos, segundo uma lógica hoje denominada, corriqueiramente, como racismo.

Contrariamente ao que geralmente se crê, o racismo emergiu, não como ideologia, nem como construção recente, mais sim como um subproduto da vitória das lógicas negadoras da alteridade que iriam se constituir em formas dominantes no mundo antigo recente. Naquele período, que hoje para nós é longínquo, que se situa entre o segundo e o primeiro milênio a.C., surgiu essa forma específica de consciência coletiva estruturada pelos acontecimentos históricos dessa época. Essa consciência coletiva particularizada iria cobrar cada vez mais espaço no imaginário dos povos do planeta, à medida que se estendia o domínio de hegemonia política, econômica e cultural daquelas populações no qual ela surgiu.

As concepções que definiriam de maneira hierárquica e vertical a relação entre seres humanos numa escala de pólos contrários e permanentemente fixos, superior-inferior, branco-negro, feio-bonito, amo-escravo, começaram a surgir, na Índia, no Irã, no mediterrâneo Europeu (greco-romano), no Bizâncio, ao mesmo tempo em que o mundo feminino perdeu seu espaço como eixo central da sociedade. A escravidão racial – estrutura que surgiria mais tarde no Oriente Médio árabe, no século IX, durante o período de dominação imperial da dinastia abássida -- se enraizou nesses acontecimentos longínquos.



As lógicas do egoísmo total, que tomaram conta do planeta com a queda das civilizações agro-burocráticas matricentradas, secretaram também estratificações baseadas na hierarquização vertical das populações humanas segundo o fenótipo. Essas duas ocorrências, que iriam determinar o caminho que a humanidade iria trilhar, foram a consequência direta da destruição daquela ordem civilizatória que predominou durante a primeira fase da humanidade, organizada em sociedades sedentárias matricentradas.

Seria falso inferir do que precede que as sociedades agro-burocráticas matricentricas desconheciam os mecanismos de exploração e de opressão do ser humano; tal não é o sentido dos argumentos pleiteados ao longo deste texto. Afirma-se, pelo contrário, que se tratava de sociedades nas quais o afã de lucro era contido por uma plêiade de instituições reguladoras, e constrangedoras (castas, irmandades fechadas, grupos etários solidários, e confrarias religiosas), que coíbiam o deslindamento total dos diferentes segmentos do corpo social.

Parece-nos impossível de fugir de uma constatação que os fatos históricos parecem corroborar: a saber, que as lógicas de egoísmo total, de afã de lucro total, e de guerra total, somente passaram a tomar conta do planeta com o auge das civilizações patricêntricas e militaristas da antiguidade. Além de serem alérgicas à prática de igualdade entre os sexos, essas sociedades iriam determinar o caminho que a humanidade trilharia até o mundo globalizado de hoje.

Assim, a questão essencial com a qual defrontamo-nos é: como restituir para a humanidade esse espírito e essas práticas de solidariedade, num mundo em que o universo feminino continua submergido, subalternizado e confinado na marginalidade periférica, tanto nas sociedades dominantes como nas sociedades dominadas de nosso planeta? Como fincar a idéia da necessária alteridade num mundo em que o ódio racial, as discriminações fundadas no fenótipo, se espalham



por todas as partes, instituindo ordens de opressão ou mantendo-as em pé? Como, pois, mudar essa ordem mundial negadora da equidade, da igualdade e da inclusão, que se sustenta em um poderio militar e tecnológico como nunca se viu, ou se imaginou, na história da humanidade?

CONCLUSÃO

Para aqueles que enxergam a sociedade atual sob a ótica histórica, ou seja, examinando as sociedades anteriores a estas que estamos vivenciando, certas coisas poderiam parecer evidentes. A primeira delas é que, na atualidade, impera um darwinismo social inconfesso que, tácita e irremediavelmente, condena à extinção de $\frac{3}{4}$ da humanidade, formada por não menos de seis bilhões de pessoas, à medida que protege e estende privilégios a menos de 3% da população mundial.

A segunda é que, com exceção do curto e abortado período recente das revoluções social-comunistas do século XX, com seus excessos e aberrações, o mundo patriarco-individualista que surgiu vencedor das grandes contendidas que marcaram a antiguidade recente, não tem sido capaz de sustentar, em qualquer período que fosse, uma lógica redistributiva, de equidade, respeitosa do Outro, e preocupada com o destino dos setores mais frágeis da sociedade.

Nessa ótica, cabe imaginar uma mudança fundamental no estado atual da humanidade sem que o mundo feminino reocupe o lugar central, que uma vez teve na sociedade? Por sua vez, a existência do racismo aparece como um sério obstáculo para toda lógica de solidariedade. Pode o mundo avançar para uma fase ulterior de felicidade e prosperidade com as noções, atitudes e práticas baseadas na raça que temos hoje? Acaso um mundo solidário esteja ao alcance



da humanidade sem que o racismo como forma dominante das relações entre humanos seja eliminada?

Ou bem a sociedade da qual somos parte inventa os meios para terminar com a pobreza e miséria planetárias, e com o racismo fundador dessas desigualdades, ou deverá recorrer aos métodos malthusianos e eugenistas radicais, autorizados pela tecnologia moderna, a fim de suprimir os bilhões de “bocas inúteis” que povoam o planeta. Essas multidões de humanos paupérrimos constituirão, crescentemente, um peso inaceitável sobre as diversas sociedades, e sobre os finitos recursos do planeta².

As lógicas de solidariedade não serão dominantes a menos que a humanidade crie mecanismos e estruturas capazes de se contrapor às visões desumanizadoras. São estas últimas que convertem as diferenças morfo-fenotípicas em obstáculos, ao invés de evidenciá-los como deveriam ser: meras características, sem conseqüências morais ou intelectuais, surgidas como resposta aos fenômenos totalmente alheios à vontade humana, tais como as pressões do meio geográfico ou climático, bem como às próprias mudanças genéticas randômicas.

Acredito que, com efeito, a humanidade não poderá dar esse grande passo pelo futuro que implica retomar, em nível planetário, as lógicas de solidariedade que outrora configuraram os Estados agro-burocráticos matricêntricos da antiguidade, sem a eliminação do racismo de nossas respectivas culturas e sem o re-

² Há não muito tempo atrás, a sociedade e o estado alemão do Terceiro Reich, com as suas práticas e teorias eugenistas e sua inventividade cruel, deram-nos uma previsão do tipo de “solução” que as gerações futuras poderiam herdar, se o curso atual for mantido. Não seria prudente fechar os olhos diante dos argumentos crescentemente eugenistas que acompanham os propósitos da versão atual da globalização.



empoderamento irrestrito do universo feminino como porta-voz dos interesses dos segmentos mais vulneráveis.

Não enxergo a possibilidade de um futuro promissor para a humanidade, exceto na concretização desses dois pré-requisitos. Com efeito, acredito que o fim das guerras, das lutas violentas, do racismo, das desigualdades sociais, dependa desse retorno ao bom juízo e ao bom senso constituído pelo império da ética. Pois, a final de contas, as éticas solidárias são o que a humanidade tem em comum de maior valia. Basicamente, elas traduzem a idéia de que merecem ajuda, sem contrapartida, àqueles que a necessitam; que a generosidade é uma finalidade em si; que o respeito ao Outro – a todos os Outros – é um dever humano; e que a redistribuição do produto social, sobre a base da equidade, é um cometimento da ordem civilizatória.

Sem dúvida, a humanidade tem, permanentemente, uma infinidade inesgotável de opções diante dela. Mas, a esta altura, essas vias do possível deverão transitar por uma escolha que, por sua vez determine talvez o curso do porvir humano na sua totalidade: *ou voltar para o caminho das éticas e práticas solidárias, ou seguir pelo caminho atual*. Na primeira alternativa se vislumbra uma possibilidade de triunfo para o que se poderia denominar de Projeto Humano. Na segunda vislumbra-se o encerramento, a curto ou médio prazo, desse mesmo Projeto. Pois, se a humanidade não estiver constringida a uma ética baseada na solidariedade, arrisca-se, inelutavelmente, a recair nas práticas que a revertem para a barbárie.